REVISTA **SABERES DA AMAZÔNIA**

CIÊNCIAS JURÍDICAS, HUMANAS E SOCIAIS

VOL. 3 N. 7

Julho-Dezembro 2018 | ISSN: 2448-0576

O ativismo jurídico transnacional: conceitos e abordagem teórica

Transnational legal activism: concepts and theoretical approach

Rebecca Paradellas Barrozo¹

Marrielle Maia Alves Ferreira²

Resumo

O ativismo jurídico transnacional é o engajamento em cortes internacionais ou instituições quase judiciais, para fortalecer as demandas dos movimentos sociais, constranger os Estados a cumprirem as normas de direitos humanos e promover mudanças legais e políticas dentro dos países (SANTOS, 2007). O sistema interamericano de direitos humanos (SIDH) permite essa atuação por meio do sistema de denúncias na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. O presente artigo objetiva fazer um levantamento teórico do conceito, alcance, limitações e principais características do ativismo jurídico transnacional em direitos humanos. Além da abordagem puramente teórica, fez-se um paralelo entre os elementos conceituais do ativismo jurídico transnacional e a atuação de ONGs no sistema de denúncias do SIDH.

Palavras-chave: ativismo jurídico transnacional; direitos humanos; ONGs.

Abstract

Transnational legal activism is the engagement in international courts or quasi-judicial institutions to strengthen the demands of social movements, to constrain states to comply with human rights norms, and to promote legal and political changes within countries (SANTOS, 2007). The inter-American system of human rights allows this action through the system of denunciations in the Inter-

¹ Doutoranda em Direito pela Universidade de Coimbra – Portugal. Mestre em relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. E-mail: rebeccaparadellas@gmail.com

² Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Mestre em Relações internacionais pela Universidade de Brasília – UnB. Professora no Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia UFU.

American Commission of Human Rights. The present article aims to make a theoretical survey of the concept, scope, limitations and main characteristics of transnational legal activism in human rights. In addition to the purely theoretical approach, a parallel was made between the conceptual elements of transnational legal activism and the role of NGOs in the SIDH denunciation system.

Keywords: ativismo jurídico transnacional; direitos humanos; ONGs.

Introdução

O processo de globalização mundial influencia grande parte das relações sociais contemporâneas, promovendo mudanças econômicas, culturais, comportamentais, e, sobretudo, na amplitude das ações estatais. A reestruturação produtiva advinda dessa nova ordem global redefiniu a função de muitos Estados, de mantenedores e provedores, para um “estado mínimo”. Tal comportamento é refletido nas ações dos países no que tange à proteção dos direitos humanos, que, por vezes, tendem a desatendê-los ou omitirem-se em suas obrigações de tutela desses direitos. Assim, organizações defensoras de direitos humanos encontram nesse cenário a necessidade de que se atue pela proteção e se chame a atenção dos Estados para esses direitos.

Se por um lado a globalização faz com que haja uma abertura maior para que empresas multinacionais influenciem negativamente a agenda dos Estados na proteção de direitos humanos, por outro permitiu a diversificação de tecnologias e a criação de novos métodos de comunicação, facilitando a interlocução transnacional entre redes e organizações defensoras de direitos. Fomentou, assim, a criação de novos grupos de ativismo e movimentos sociais.

Segundo Carlos Milani e Ruthy Laniado, os efeitos sociais gerados pela globalização contribuíram para uma ampliação na atuação de organizações transnacionais. Afirmam que a ordem mundial contemporânea é constituída de novos valores, dos quais destacam três: a solidariedade, o pluralismo e o princípio da responsabilidade. Para a presente análise, a solidariedade é o

valor mais importante a ser discutido. A globalização fomentou as solidariedades transnacionais, “que incluem relações de ajuda mútua e de confiança entre grupos e indivíduos (por razões ideológicas, humanitárias, ambientais e democráticas) que se expressam, se justificam e se conformam além das fronteiras do Estado nacional”³. No caso de movimentos sociais transnacionais, a ação coletiva promove o desenvolvimento de elementos de solidariedade que integram atores e organizações, combinando valores morais e atitudes orientadas⁴.

Dessa forma, a atual ordem mundial, apesar de suas contradições e pontos negativos, tem conseguido fomentar novos valores de cultura política no âmbito global, os quais dão sustentabilidade a mobilizações de atores que operam além das fronteiras dos Estados-nação, “para defender bandeiras diversas, bens públicos globais e responsabilidades recíprocas”⁵.

A partir desse contexto complexo é que surgem novas organizações sociais que concentram sua atenção na composição de redes de ativismo transnacional e na formação de estratégias para a defesa dos direitos humanos, utilizando, para tanto, mecanismos diversos, dentre os quais estão os jurídicos ou quase jurídicos de âmbito internacional, como o sistema de denúncias da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Desde os anos 90, tem-se testemunhado a expansão da transnacionalização das instituições legais e da mobilização jurídica, fenômeno denominado por aplicadores do Direito de “judicialização global” e “litigância transnacional”. A judicialização global se dá por meio da “criação de cortes internacionais *ad hoc* ou permanentes e tribunais arbitrais, bem como por intermédio do crescente recurso às instituições internacionais judiciais ou quase judiciais para lidar com disputas sobre questões comerciais e direitos humanos”. A litigância transnacional, por outro lado, “engloba as disputas entre

³ MILANI, Carlos R. S.; LANIADO, Ruthy Nadia. Espaço mundial e ordem política contemporânea: uma agenda de pesquisa para um novo sentido da internacionalização. **Caderno CRH**, Salvador, v.19, n. 48, set./dez., 2006, p.486.

⁴ MILANI, Carlos R. S.; LANIADO, Ruthy Nadia. Espaço mundial e ordem política contemporânea: uma agenda de pesquisa para um novo sentido da internacionalização, p. 487.

⁵ RAMOS, Núbia R. Direitos humanos e o ativismo jurídico transnacional: A experiência de organizações não governamentais latino-americanas. In: XXVII Congresso Internacional da Associação Latino-Americano de Sociologia, 2013, Santiago. **Acta Científica Congresso ALAS**. Santiago: ALAS, v. 1, 2013, p. 3.

os Estados, entre indivíduos e Estados e entre indivíduos através de suas fronteiras nacionais”⁶.

É na litigância transnacional que se encontra a atuação de grupos de ativismo jurídico transnacional. Estes são atores ou rede de atores transnacionais que se mobilizam em prol de demandas em comum, especialmente no campo de direitos humanos, utilizando de cortes ou instituições semi-jurídicas para apresentarem suas denúncias a violações desses direitos, na espera que os atores e Estados em questão mudem de comportamento e passem a proteger direitos humanos em seus territórios.

O presente trabalho visa construir o conceito do que é ativismo transnacional, levando, posteriormente, ao conceito de ativismo jurídico transnacional, por meio do estudo dos teóricos atuais do tema. A partir disso, objetiva-se compreender o alcance, as características e as limitações do ativismo transnacional em direitos humanos. Para tanto, entende-se necessário iniciar a pesquisa com uma breve abordagem histórica do tema, o que é feito na próxima seção.

1. Evolução do ativismo transnacional em direitos humanos a partir de 1948.

A evolução do que se tem hoje na área de ativismo em direitos humanos, remonta, principalmente, a fase a partir da adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em 1948, pela Organização das Nações Unidas (ONU). Compreender como a mobilização transnacional nesse campo surgiu auxilia o entendimento de suas atuações e limites nos dias de hoje.

A celebração da Declaração Universal dos Direitos Humanos marca o início da era moderna do ativismo transnacional. Para a maior parte dos

⁶ SANTOS, Cecília MacDowell. Ativismo jurídico transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de direitos humanos. **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos**. São Paulo, no 7, ano 4, 2007, p. 27.

ativistas, a Declaração representa o documento base na luta pela proteção dos direitos humanos. Apesar de não ser um documento vinculante é “um regime declaratório relativamente forte”⁷. Consequentemente, segundo Emily Rodio e Hans Schmitz, a DUDH contribuiu significativamente para que redes de mobilização em direitos humanos evoluíssem de modo notável a partir da adoção da carta de 1948⁸.

Apesar de que para muitos, logo após o término da Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas se tornaria uma agência internacional para a efetivação da proteção de direitos humanos, houve pressão dos Estados, desejosos em proteger sua soberania, para que a ONU focasse forças no seu principal mandato, o de proteger a paz e segurança internacional. Assim, em 1947, o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da ONU, por meio da resolução 75 (V), decidiu que Comissão de Direitos Humanos não possuía poder de tomar nenhuma ação em direção a reclamações concernentes a direitos humanos.

Segundo Rodio e Schmitz:

Enquanto a Carta das Nações Unidas de 1945 autorizou a organização a promover os direitos humanos, os seus Estados membros, logo em seguida esclareçam que a ONU não teria autoridade para investigar diretamente as alegações de violações dos direitos humanos e muito menos punir governos membros de quaisquer ações domésticas protegidas por estado soberano. Uma vez que o principal objetivo das Nações Unidas foi a defesa da paz entre as nações soberanas, a ideia dos direitos humanos representou um desafio fundamental para as bases de um sistema internacional baseado em soberania⁹.

Boas expectativas foram geradas em 1966, quando adotados pela ONU o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o Pacto sobre Direitos

⁷ DONNELLY, Jack. International Human Rights: A Regime Analysis. **International Organization**. Cambridge, 40, no. 3, 1986, p. 609.

⁸ RODIO, Emily B. ; SCHMITZ; Hans Peter. Beyond Norms and Interests: Understanding the Evolution of Transnational Human Rights Activism. **International Journal of Human Rights**, Vol. 14, No. 3, September 2010, p. 444.

⁹ RODIO, Emily B. ; SCHMITZ; Hans Peter. Beyond Norms and Interests: Understanding the Evolution of Transnational Human Rights Activism, p. 444.

Econômicos Sociais e Culturais. Tais tratados tornaram preceitos da Declaração Universal, até então com efeitos meramente declaratórios, mas detalhados e juridicamente vinculantes, apesar de não conterem mecanismos de reclamação por parte de Estados, indivíduos ou grupos de ativismo ou de execução de atores violadores de desses direitos.

Até esse momento, nenhum Estado membro da ONU temia séria censura por suas ações no âmbito doméstico concernentes ao tema. A partir da década de 1970, no entanto, as Nações Unidas passaram a acolher melhor as discussões de direitos humanos devido a fatores políticos e geopolíticos, como o crescimento e o maior destaque de grupos de ativismo transnacional pressionando a atuação da ONU; o processo de descolonização Afro-asiática estar praticamente concluído, o que significou a entrada de novos membros na organização, trazendo novas demandas e expondo suas fragilidades econômicas e sociais; e uma flexibilização temporária das tensões da Guerra Fria, o que permitiu que as Nações Unidas tivessem mais espaço na agenda para discutir temas outros que não fossem paz e segurança internacional.

É importante destacar que organizações não governamentais (ONGs) possuem apenas status consultivo nas Nações Unidas¹⁰. O artigo 71 da Carta da ONU diz que

o Conselho Econômico e Social poderá entrar em entendimentos para consultar organizações não-governamentais que se ocupem de assuntos no âmbito da sua própria competência. Tais entendimentos poderão ser feitos com organizações internacionais e, quando for o caso, com organizações nacionais, depois de efetuadas consultas com o membro das Nações Unidas interessado no caso.

O Status consultivo permite que representantes de ONGs atendam a reuniões, mas sem poder de voto.

Apesar de possuírem poderes restritos nas Nações Unidas, “o papel e a presença dos atores da sociedade civil no processo da ONU aumentaram consideravelmente durante as últimas décadas”, uma vez que “houve um aumento significativo da participação no ciclo de grandes conferências que

¹⁰ **A ONU e a sociedade civil.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/sociedade-civil/>. Acesso em 20 de novembro de 2018.

tiveram lugar nos anos 90”. Poucos meses após a fundação da ONU, havia 41 ONGs filiadas à ONU com status consultivo. Em 1992, esse número passou para 700. Hoje, tem-se 3052 organizações filiadas com esse status¹¹.

A restrição da atuação de ONGs apenas como consultores e não como denunciadores de abusos contra direitos humanos forçou ativistas a desenvolverem outras estratégias para a promoção de tais direitos, percebendo que os principais esforços teriam que ser concentrados fora das Nações Unidas. Organizações militantes começaram a enfatizar “o foco em países individuais, o desenvolvimento de laços transnacionais sustentados entre ativistas locais e ONGs internacionais e a coleta sistemática e a publicação de informações sobre os direitos humanos”¹². Essa inovação surge principalmente a partir dos anos de 1970, quando ONGs passam a formar redes transnacionais mais sólidas, conduzindo conjuntamente pesquisa, relatórios sobre países e seus abusos aos direitos humanos e angariando maior número de membros e a atenção da mídia.

Introduz-se duas estratégias principais, a de coletar informações contra os Estados violadores de direitos humanos para causar certo constrangimento internacional pelos atos causados ou não coibidos, como meio para cessar tais abusos; e a de ligar os maus tratos às pessoas que os sofreram e divulgar suas histórias, assim, direitos humanos passam a não ser mais algo abstrato e despersonalizado. Esse processo conferiu mais responsabilidade ao nível local e também criou laços pessoais entre vítimas e ativistas.

Apesar das mudanças positivas, os desafios enfrentados pelas organizações de ativismo também aumentaram. Primeiramente, com o fim da Guerra Fria, surgiram novos tipos de abusos a direitos humanos e maior atenção foi dada a violações anteriormente ignoradas. A violência étnica e comunitária, a desigualdade econômica global e certas práticas culturais ganharam maior reconhecimento, no entanto, são mais difíceis de serem

¹¹ **A ONU e a sociedade civil.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/sociedade-civil/>. Acesso em 20 de novembro de 2018.

¹² RODIO, Emily B.; SCHMITZ, Hans Peter. Beyond Norms and Interests: Understanding the Evolution of Transnational Human Rights Activism, p. 445

censuradas que a repressão tradicional patrocinado pelo Estado. É mais fácil identificar o governo que cometeu ou permitiu ações como tortura e assassinatos. No caso de violações de cunho social, econômico e cultural é mais difícil para os ativistas “envergonharem” o Estado, tendo, assim, que criar outras estratégias mais complexas e direcionadas para lidar com o problema, como a formação de debates e campanhas contra a redução da fome e miséria¹³.

Por fim, diante da falta dentro do sistema global de uma maior capacidade sancionatória e julgadora, é importante mencionar a relevância dos sistemas regionais de proteção de direitos humanos para o fortalecimento do ativismo transnacional. Atualmente existem três sistemas regionais em funcionamento: o europeu, o africano e o americano. O início dos sistemas deu-se em 1953, para o primeiro, 1981 para o segundo e 1947 para o terceiro, apesar de o funcionamento dos sistemas de denúncias terem se consolidado anos depois.

Os sistemas regionais têm-se mostrado extremamente importantes como um “vigilante” de direitos em seus territórios, uma vez que, principalmente a América Latina e a África, são regiões marcadas pela grande desigualdade social e por democracias ainda em fase de consolidação. Pelo fato dos membros dos blocos regionais compartilharem, na maioria das vezes, valores, economia e cultura semelhantes, a chance de que se construam consensos é maior do que em instituições de âmbito global. Assim, ONGs e outras organizações têm o papel de construir o elo entre os cidadãos dos Estados membros a serem protegidos e os sistemas regionais.

Apesar das diferenças entre si, nos três sistemas existe a possibilidade de pessoas, grupos de pessoas e organizações peticionarem denúncias contra abusos aos direitos humanos a um dos órgãos do sistema. No caso do sistema

¹³ RODIO, Emily B.; SCHMITZ; Hans Peter. Beyond Norms and Interests: Understanding the Evolution of Transnational Human Rights Activism, p. 447.

européu, os cidadãos da região podem peticionar diretamente à Corte, e nos americano e africano, peticiona-se à Comissão, órgão preliminar à Corte¹⁴.

ONGs e outros grupos de ativismo encontram nesses sistemas de peticionamento um terreno fértil para que suas denúncias sejam internacionalmente conhecidas, países praticantes de delitos contra os direitos humanos sejam constrangidos e que as violações delatadas sejam cessadas. Apesar das falhas existentes nos sistemas e das dificuldades que ONGs encontram para poderem ter suas demandas atendidas pelos Estados membros, é importante lembrar que nações tendem a não cooperar com mecanismos que possam causar-lhes embaraço internacional. Assim, “apesar dos pesares”, a estrutura que existe atualmente é, de certa forma, uma vitória dos militantes da causa.

2. Conceito, características, alcance e limitações do ativismo jurídico transnacional

Para traçar de modo satisfatório o conceito de ativismo jurídico transnacional é preciso, primeiramente, compreender a esfera na qual este é incluído, ou seja, o ativismo transnacional de forma geral. O ativismo jurídico transnacional, portanto, é um tipo de ativismo transnacional. Assim, para conhecer o específico, compreende conhecer o geral. Esta seção tem por objetivo traçar os conceitos, características, alcances e limitações do ativismo transnacional, como também do ativismo jurídico transnacional.

Activists beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics é considerado trabalho pioneiro no estudo do ativismo transnacional e grande contribuição para a literatura das Relações Internacionais. No campo da discussão sobre o sucesso ou insucesso dos atores não estatais em influenciarem o comportamento e a política dos Estados, Margaret E. Keck e

¹⁴ BICUDO, Hélio. Defesa dos direitos humanos: sistemas regionais. **Estudos Avançados**. São Paulo, n. 17 (47), 2003.

Kathryn Sikkink contribuem, em seu livro, analisando o papel da advocacia transnacional nas relações internacionais.

Ativismo transnacional, em primeiro lugar, é a atuação de ONGs, sindicatos e outros tipos de organizações sociais e políticas que têm por objetivo iniciar ações para que Estados ou atores poderosos ajam de modo a não lesionar direitos ou a tomarem posições para que tais direitos sejam garantidos. Tal atuação, ademais, por ser “transnacional”, significa que há o envolvimento de organizações e movimentos que defendem demandas em diversos países, mesmo que não seja o seu de origem.

As autoras analisam as características do ativismo transnacional ou, como denominam, “advocacia transnacional”, dentro de “redes”. O estudo de redes revela o objetivo das autoras de pesquisar o ativismo transnacional como um todo, mas focando como este é estruturado quando organizações de ativismo trabalham em conjunto em prol de um objetivo em comum.

Para as autoras, redes de advocacia transnacional são estruturas de comunicação cujos membros são motivados principalmente “por ideias de princípios ou valores compartilhados”¹⁵. Essas redes incluem atores “que trabalham internacionalmente em favor de um tema, os quais são unidos por valores em comum, discursos compartilhados e intensa troca de informações e serviços”¹⁶. É a organização em torno de valores compartilhados que distingue redes de advocacia transnacional de outras redes transnacionais, como corporações e bancos.

Elas denominam essa atuação como “redes de advocacia” pelo fato de advogados lutarem e defenderem a causa de outros. “Advocacia captura o que é único nessas redes transnacionais: são organizados para defenderem causas, idéias, normas”, e mudanças políticas. Redes de advocacia têm sido

¹⁵ KECK, Margaret E; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond Borders**: Advocacy Networks in International Politics. Ithaca and London, Cornell University Press, 1998, p.30.

¹⁶ KECK, Margaret E; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond Borders**: Advocacy Networks in International Politics, p. 2.

particularmente importantes nos debates sobre “direitos humanos, meio ambiente, mulheres, saúde infantil, indígenas”, dentre outros¹⁷.

Os atores principais nas redes de advocacia transnacional são, normalmente, os seguintes:

organizações não governamentais, internacionais e domésticas, de pesquisa e advocacia; movimentos sociais locais; fundações; a imprensa; igrejas, sindicatos, organizações de consumidores, e intelectuais; partes de organizações intergovernamentais regionais e internacionais; ramos do governo¹⁸.

No entanto, pesquisas sugerem que ONGs têm atuação central nas redes de advocacia, “normalmente iniciando ações e pressionando atores mais poderosos a tomarem posições. ONGs introduzem novas ideias, provêm informações e constrangem para mudanças políticas”¹⁹.

Ao se construir ligação entre tais atores, organizações internacionais e Estados, são multiplicados os canais de acesso ao sistema internacional. Assim, por meio dessa interação, atores não estatais conseguem suficiente abertura para transformar e desafiar as concepções de soberania nacional vigente, através das redes de advocacia transnacional, modificando políticas e comportamentos dos países.

Apesar das vantagens, o envolvimento internacional entre os ativistas é caro. Então por que motivos estes se unem internacionalmente em vez de permanecer apenas na esfera nacional? Para as autoras, redes de advocacia transnacional são formadas por três motivos principais: quando os canais entre grupos domésticos e seu governo estão bloqueados ou são ineficazes para resolver um conflito; quando ativistas acreditam que as redes transnacionais irão promover suas missões e campanhas; e que conferências e outras formas de contato internacional criam arenas para formar e fortalecer redes.

¹⁷ KECK, Margaret E; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond Borders**: Advocacy Networks in International Politics, p. 8-9.

¹⁸ KECK, Margaret E; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond Borders**: Advocacy Networks in International Politics, p. 9.

¹⁹ KECK, Margaret E; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond Borders**: Advocacy Networks in International Politics, p. 9.

Assim, quando canais nacionais de participação estão bloqueados, o cenário internacional parece ser o único caminho que ativistas domésticos têm para obter atenção para suas demandas. Nisso recai o que as autoras chamam de “modelo bumerangue”, que é o modo pelo qual ONGs deixam de lado a litigância em seu Estado e procuram aliados no âmbito internacional para que estes façam pressão no Estado “do lado de fora”²⁰

Isso ocorre, por exemplo, quando organizações de certo país não conseguem persuadir o governo local a promover mudanças em políticas públicas de direitos humanos, mas, por outro lado, conseguem ativar uma rede transnacional voltada para a questão. Esta é capaz, por sua vez, de exercer pressão sobre o Estado original e influenciar outras organizações e nações a também exercerem, promovendo, assim, uma cominação a nível global.

A figura a seguir, retirada da obra em questão, ilustra o “modelo bumerangue” de forma prática²¹:

²⁰ KECK, Margaret E; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond Borders**: Advocacy Networks in International Politics, p. 12-13.

²¹ KECK, Margaret E; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond Borders**: Advocacy Networks in International Politics, p. 13.

Figure 1 Boomerang pattern. State A blocks redress to organizations within it; they activate network, whose members pressure their own states and (if relevant) a third-party organization, which in turn pressure State A.

Compreendendo o “modelo bumerangue”, ONGs nacionais e internacionais têm formado redes para a defesa de causas de direitos humanos a fim de pressionar seus governos a cumprirem a legislação, criar novas leis e formular políticas públicas para a proteção dos direitos humanos. Desde meados dos anos noventa, essas redes têm aumentado seu envolvimento no ativismo transnacional, buscando o apoio de organizações internacionais tais como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e seu Sistema Interamericano de Direitos Humanos²².

Mas como trabalham as redes de advocacia transnacional? Estas possuem quatro táticas principais: política de informação (geração e difusão de informação relevante); política simbólica (uso de símbolos, ações e histórias para se conectar com uma variedade de públicos); política de alavancagem

²² SANTOS, Cecília MacDowell. Ativismo jurídico transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de direitos humanos, p. 36.

(alianças com “atores alvos”) e política de prestação de contas (o esforço de relembrar os atores de suas promessas e princípios anteriormente declarados).

Na “Política de informação”, a geração e difusão de informação é relevante no sentido de que informações são essenciais para a eficiência do trabalho e para manter um vínculo importante entre os membros das redes de advocacia. O fluxo de informações inclui, além de fatos, testemunhos de pessoas afetadas por violações de seus direitos. Isso também carrega uma mensagem poderosa e apelativa ao cenário internacional, persuadindo os atores a mudanças positivas.

Com a “política simbólica”, os ativistas usam eventos simbólicos como catalisadores para o crescimento de suas demandas e de suas redes. O assassinato de Chico Mendes (importante ambientalista brasileiro), por exemplo, “cristalizou a ideia de que algo estava muito errado na Amazônia”²³.

“Política de alavancagem” é a estratégia em que redes de ativismo pressionam e persuadem atores estratégicos, como instituições financeiras internacionais ou corporações transnacionais privadas, a promoverem mudanças políticas. Ao assim agirem, essas instituições acabam influenciando as atitudes dos Estados.

Por fim, “política de prestação de contas” é a tática em que as redes de ativismo se aproveitam das promessas e discursos proferidos pelos Estados em favor dos temas demandados como uma oportunidade para cobrar do país que se tome a posição prometida, uma vez que o ator nacional já se comprometeu publicamente com tal empenho. Esta política, por exemplo, é a que mais se relaciona com o sistema de denúncias do sistema interamericano de direitos humanos (SIDH). ONGs e outros atores denunciam à Comissão Interamericana os Estados que fizeram um comprometimento com normas de direitos humanos no âmbito americano e não as cumpriu. Assim, são impugnados a prestarem contas de suas ações divergentes, esperando-se que tal constrangimento leve a mudanças de comportamento.

²³ KECK, Margaret E; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond Borders**: Advocacy Networks in International Politics, p. 23.

O ativismo transnacional, por sua vez, é um todo no qual o ativismo jurídico transnacional é contido. As características e alcances do primeiro estão também no segundo. A organização dos grupos de ativismo jurídico, assim como o ativismo geral, também é motivada pela defesa de direitos. Sua atuação transnacional, quando estes trabalham com outras organizações de ativismo jurídico, passam também a operar com ideias, princípios e valores em comum, compartilhando informações, discursos e serviços.

Para Cecília Macdowell Santos, autora que criou este termo, ativismo jurídico transnacional é o tipo de ativismo

focado na ação legal engajada, através das cortes internacionais ou instituições quase judiciais, em fortalecer as demandas dos movimentos sociais; realizar mudanças legais e políticas internas; reestruturar ou redefinir direitos; e/ou pressionar os Estados a cumprir as normas internacionais e internas de direitos humanos²⁴.

O ativismo jurídico transnacional, portanto, distingue-se dos outros tipos de ativismo, no sentido que é jurídico, ou seja, o mecanismo utilizado pelas organizações militantes são as petições, denúncias e demandas em “cortes internacionais ou instituições quase judiciais”. É transnacional, uma vez que as cortes e instituições jurídicas ou quase jurídicas são de âmbito internacional, além do fato de ser comum que grupos e ONGs de ativistas oriundos de países distintos coordenem ações para que suas demandas sejam conhecidas e que gerem impactos em termos políticos, legislativos e sociais.

Nesse sentido, Cecília Santos afirma que o termo “ativismo jurídico transnacional” é mais adequado para enfatizar a “dimensão *transnacional* das alianças e redes formadas por ONGs, atores do movimento social e organizações de base engajadas no ativismo em prol dos direitos humanos”. A expressão “ativismo jurídico” é importante pois “destaca os atores sociais como *ativistas* e enfatiza um *movimento* que inclui uma diversidade de lutas jurídicas, sociais e políticas”²⁵.

²⁴ SANTOS, Cecília MacDowell. Ativismo jurídico transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de direitos humanos, p. 28.

²⁵ SANTOS, Cecília MacDowell. Ativismo jurídico transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de direitos humanos, p. 32.

As ONGs e organizações de ativismo possuem, ainda, o potencial de “(re)politizar o direito e (re)legalizar a política”, uma vez que, por meio das denúncias por desrespeito aos direitos humanos feitas internacionalmente, pressionam as arenas política e jurídica dos Estados delatados, gerando incontáveis frutos internos e externos, e não somente o de remediar abusos individuais. Assim, ainda segundo a autora, conceitos como “judicialização global” e “litigância transnacional” “são muito restritos para capturar os aspectos políticos característicos das estratégias do ativismo jurídico transnacional”. A estrutura das redes para defesa de causas transnacionais “é muito ampla para capturar a especificidade do ativismo jurídico transnacional”²⁶.

Na mesma linha, convém ressaltar a distinção que Boaventura de Sousa Santos estabelece entre o ativismo jurídico e o ativismo puramente político. No jurídico, os ativistas são inclinados a mobilizarem-se por vias judiciais como forma de vencerem suas lutas políticas. Os ativistas puramente políticos, por sua vez, são muitas vezes desconfiados de métodos legais. Para estes, existe um vão que distancia a mobilização política da mobilização legal, pois a ação legal tende a individualizar conflitos, priorizar o conhecimento técnico do direito, e tirar dos movimentos de ativistas o “ritmo da luta” – ou seja, “tende a ter um efeito desmobilizador”. Ativistas puramente políticos preferem concentrar seus esforços em outros artifícios, como por meio de fóruns, como o Fórum Social Mundial²⁷. Apesar dos receios apresentados pelo último grupo, o ativismo jurídico, especificamente o que atua no sistema interamericano, colheu bons resultados nas últimas décadas na defesa de direitos humanos, como será demonstrado mais à frente neste trabalho.

Importante destacar, no entanto, que as estratégias do ativismo jurídico transnacional defrontam-se com limitações. Primeiramente, a mobilização jurídica por si só pode ser insuficiente para gerar mudanças sociais. Para que

²⁶ SANTOS, Cecília MacDowell. Ativismo jurídico transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de direitos humanos, p. 49.

²⁷ SANTOS, Boaventura de Souza. Beyond Neoliberal Governance: The World Social Forum as Subaltern Cosmopolitan Politics and Legality. in Boaventura de Sousa Santos e César A. Rodriguez-Garavito (Org.), **Law and Globalization from Below: Towards a Cosmopolitan Legality**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p.50.

tais mudanças ocorram, é necessária a vontade do Estado violador para reparar o dano, e, no caso do SIDH, por exemplo, de cumprir as sentenças da Corte ou os ordenamentos da Comissão.

Elementos internos dos Estados influenciam o cumprimento, por estes, de sentenças e obrigações internacionais. Courtney Hillebrecht, a respeito do assunto, afirma que apenas por meio de exame profundo da política doméstica, ou seja, da relação entre os atores e Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e de suas motivações e competências, que se pode esclarecer o motivo do cumprimento ou não de sentenças de tribunais de direitos humanos. Ao aplicar tais conceitos ao SIDH, atesta que a implementação das decisões da Corte ou da Comissão depende principalmente, segundo seu ponto de vista, da vontade política do Poder Executivo. No entanto, para que o Executivo exerça sua vontade completamente no caso, é necessário compor com os demais Poderes, uma vez que “tribunais e o Legislativo são capazes de decidir contra a vontade do Executivo”²⁸.

Essa composição entre os Poderes é denominada pela autora de “coalizões de cumprimento”. Tais coalizões são importantes pelo fato de que apenas se alcança o completo cumprimento das sentenças internacionais em direitos humanos por meio da cooperação do Executivo, Legislativo e Judiciário. Mesmo que o Poder Executivo seja forte, não há como um único ator forçar os outros Poderes a agirem de modo a cumprirem ordenamentos e recomendações de órgãos e cortes internacionais²⁹.

Bárbara Campos, em análise da obra de Huneeus, afirma que, quando se trata do dever de investigar, processar e punir atores violadores de direitos humanos dentro do país, tal ação deve ser feita em sintonia com os sistemas nacionais de justiça, não sendo suficiente apenas a atuação do Executivo. Os casos do Brasil no SIDH revelam que “a vontade política e institucional de

²⁸ HILLEBRECHT, Courtney. The Domestic Mechanisms of Compliance with International Human Rights Law: Case Studies from the Inter-American Human Rights System. **Human Rights Quarterly**, Baltimore, v. 34, n. 4, 2012, p. 960.

²⁹ HILLEBRECHT, Courtney. The Domestic Mechanisms of Compliance with International Human Rights Law: Case Studies from the Inter-American Human Rights System. **Human Rights Quarterly**, Baltimore, v. 34, n. 4, 2012, p. 965.

atores do sistema judicial é um motor tão relevante quanto o Poder Executivo para o cumprimento”³⁰. E, “ainda que o papel de liderança esteja nas mãos do Executivo, não há movimentos no sentido pró-cumprimento sem o apoio e a iniciativa de tribunais nacionais e Ministério Público”³¹. Assim, afirma conceitos similares aos do termo “coalizões de cumprimento” de Hillebrecht.

Em segundo lugar, outra limitação deve-se ao fato de que normas internacionais de direitos humanos dependem do reconhecimento e da implementação pelos Estados. “Por depender das condições políticas locais, nacionais e internacionais, o Estado pode estar mais ou menos aberto a reconhecer tais normas” ou cumprir decisões da Corte³². Ou seja, internacionalmente o país pode mostrar-se disposto a reconhecer normas ou a acatar decisões de órgãos de defesa dos direitos humanos, mas internamente há diversos entraves que dificultam a resposta positiva do Estado ao compromisso estabelecido.

Nesse sentido, o que se enfatiza é a necessidade de desenvolverem-se mecanismos internos para o cumprimento das decisões e incorporação de normas internacionais:

O baixo grau de cumprimento das decisões emanadas de instâncias internacionais é explicada pela falta de uma legislação específica que esclareça como essas decisões são incorporadas e implementadas, identificando-se as responsabilidades de cada um dos atores envolvidos³³.

A respeito do assunto, Cecília MacDowell Santos afirma que em algumas vezes os Estados adotam postura contraditória com a imagem de defensor de direitos humanos que revelam internacionalmente. Para embasar

³⁰ CAMPOS, Bárbara Pinowska Cardoso. **Os paradoxos da implementação das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos**: reflexões sobre o dever de investigar, processar e punir e os casos brasileiros. 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de pós-graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2014, p.11.

³¹ CAMPOS, Bárbara Pinowska Cardoso. **Os paradoxos da implementação das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos**: reflexões sobre o dever de investigar, processar e punir e os casos brasileiros, p.11.

³² SANTOS, Cecília MacDowell. Ativismo jurídico transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de direitos humanos. p, 50.

³³ SANTOS, Cecília MacDowell. Ativismo jurídico transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de direitos humanos. p, 10.

tal estudo, utiliza o conceito de “Estado heterogêneo” de Boaventura de Souza Santos, o qual revela que alguns Estados, apesar de possuírem unidade como ente de direito internacional público, não a possuem no seu funcionamento jurídico e administrativo, diante das posturas díspares que tomam nesses campos³⁴

O autor, em uma análise das estruturas políticas e jurídicas de Moçambique no pós-independência e guerra civil, identifica que grupos globais e domésticos pressionam o Estado moçambicano para comportamentos distintos. Soma-se a isso o fato de haver diversos grupos internacionais e diversos grupos internos com interesses também completamente opostos, constringendo o Estado ao mesmo tempo. Por exemplo, de um lado há pressões de agências financeiras internacionais, no campo econômico, e de outro de ONGs transnacionais, no campo social. São grupos cujas ações são muitas vezes inconciliáveis.

Nisso recai a ideia de Estado heterogêneo, ou seja, um Estado que adota comportamentos contraditórios no campo jurídico, político, administrativo e social devido a pressões de grupos distintos originários do campo interno e internacional.

Aplicando a análise anterior ao Estado brasileiro, apesar deste ser reconhecidamente uma nação democrática, a política de direitos humanos é paradoxal, pois, enquanto alguns setores do Estado aplicam e legitimam normas de direitos humanos, outros desrespeitam essas normas e as decisões de instituições internacionais como a Corte Interamericana.

Apesar de o país, por vezes, mostrar-se relapso no cumprimento das recomendações, não se pode dizer que o ativismo jurídico transnacional tem pouca relevância. Em um breve estudo a respeito dos resultados das denúncias levadas à Comissão por ONGs ativistas em direitos humanos, pode-

³⁴ SANTOS, Boaventura de Souza. The Heterogeneous State and Legal Plurality in Boaventura de Sousa Santos, João Carlos Trindade e Maria Paula Meneses (Org.), **Law and Justice in a Multicultural Society: The Case of Mozambique**. Dakar. Council for the Development of Social Science Research in Africa, 2006, pp. 8-13.

se constatar que algumas normas e políticas públicas foram criadas no Brasil após recomendações da CIDH serem encaminhadas ao país.

Por exemplo, segundo o ex-ministro Celso Amorim, a política nacional de erradicação do trabalho escravo, a legislação de prevenção e sanção da violência contra as mulheres (Lei Maria da Penha), e a mudança do modelo assistencial em saúde mental “são exemplos emblemáticos de políticas públicas que têm inspiração em acordos e decisões geradas no âmbito do sistema interamericano”³⁵.

Intrigante, no entanto, é que, apesar da relativa dificuldade de se obter cumprimentos de acordos internacionais, cada vez mais se nota a multiplicação de “acordos internacionais, a diversificação de mecanismos formais de execução de acordos (tribunais, arbitragem e outros métodos de solução de disputas) e, mais interessante, a verificação de índices (cada vez mais altos) de cumprimento estatal”. No caso dos direitos humanos, em específico, essa evidência é ainda mais curiosa, uma vez que aqui a expectativa do engajamento estatal é ainda menos esperada³⁶.

Para além de outros fatores, essa situação é explicada, em grande parte, pelo engajamento de grupos de ativismo jurídico transnacional no sistema internacional. As redes de advocacia transnacional, como denominam Keck e Sikkink, agem estrategicamente de modo a pressionar Estados e outros atores poderosos, ao expor as violações cometidas e exigir respostas dos agentes transgressores de direitos.

No caso do sistema interamericano, segundo o entendimento de Carvallaro e Brewer, os avanços nas práticas de direitos humanos em inúmeras sociedades latino-americanas têm dependido da capacidade de movimentos sociais e ativistas de direitos humanos de exercer pressão sobre autoridades para que implementem mudanças. Segundo os autores, as

³⁵ AMORIM, Celso. O Brasil e os Direitos Humanos: em busca de uma agenda positiva. **Política Externa**. vol. 18, n. 2, 2009, p. 74.

³⁶ RAMANZINI, Isabela Gerbelli Garbin. **O prometido é cumprido**: compliance no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. 2014. 132 f. Tese (Doutorado) – Doutorado em Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, p.20.

estratégias que permitem realizar tal pressão envolvem a cooperação entre as redes de advocacia transnacional para promover vergonha internacional ao ator violador; a utilização de meios de comunicação e outras estratégias para envolver a opinião pública; e a utilização dos meios jurídicos internacionais, como a provocação dos órgãos do sistema interamericano por meio de denúncias contra Estados infratores³⁷.

A importância dos grupos de ativismo é de fato notável, uma vez que, quando um país viola direitos, os cidadãos domésticos normalmente não possuem recursos internos eficazes para sanar tal problema. Dessa forma, grupos de ativismo são um meio eficaz capaz de pressionar o Estado. Assim, objetivando transformar o comportamento do governo violador, redes transnacionais utilizam do supracitado “modelo bumerangue”, ou seja, amplificam as denúncias domésticas para o campo internacional, permitindo, assim, que estas retornem ao seu país de origem ainda mais fortalecidas³⁸.

Risse-Kappen e outros³⁹, em estudo sobre o processo de adesão dos Estados aos regimes internacionais de direitos humanos, afirmam que é possível identificar um padrão de comportamento identificado como modelo espiral. Segundo os autores o comportamento dos Estados é marcado por 5 fases: (i) repressão não-constrangida; (ii) período de negação; (iii) concessões táticas; (iv) status prescricional; (v) comportamento consistente com a regra (ou cumprimento).

A primeira fase representa o período em que grupos domésticos de um Estado não têm força para constranger as violações ou omissões do governo aos direitos humanos. O Estado, nesse momento, empenha-se apenas em desviar a atenção dos ativistas, uma vez que gerencia com certa facilidade sua posição de violador. Após, redes transnacionais de advocacia mobilizam-se de

³⁷ CAVALLARO, James L. BREWER, Stephanie Erin. Reevaluating regional human rights litigation in the twenty-first century: the case of the Inter-American Court. **American Journal of International Law**, Washington, v. 102, n. 4, 2008, p. 788.

³⁸ KECK, Margaret E; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics**, p.12-13.

³⁹ RISSE-KAPPEN, Thomas; ROPP, Stephen C.; SIKKINK, Kathryn. **The Power Of Human Rights: International Norms and Domestic Change**. Cambridge. UK and New York: Cambridge University Press, 1999.

modo a criar, para o Estado, vergonha perante a opinião pública internacional, colocando o governo sob pressão. Na terceira etapa, então, os governos fazem “concessões táticas”, “(participam de conferências internacionais em direitos humanos, ratificam tratados ou se engajam para eventualmente cumprir acordos internacionais) para amenizar denúncias de práticas estatais repressivas”. Após as concessões táticas, há a internalização das normas ratificadas no período anterior, de forma que “os atores domésticos passam a se referir a essas normas de direitos humanos para pautar seus comportamentos”. Na última fase, o comportamento do Estado tende a ser de acordo com os compromissos de direitos humanos assumidos por ele. Após esse processo, violações ainda podem ocorrer, mas a tendência é que as violações sejam causadas mais por indivíduos dentro do Estado, e que serão alvo de processos judiciais domésticos, do que uma prática do próprio Estado⁴⁰.

Por fim, a internalização de normas e o comprometimento em participar de organizações internacionais de direitos humanos podem representar para os Estados, em um primeiro momento, uma forma de concordância retórica e para se mostrarem como “bons moços” no sistema internacional. No entanto, o que pode surpreendê-los é o fato de grupos transnacionais de ativismo utilizarem esses mesmos compromissos para pressionar os Estados a agirem em conformidade com tais. Nesse contexto, o modelo espiral, que demonstra o processo de adesão dos Estados aos compromissos assumidos no âmbito internacional, acaba por ressaltar o papel dos movimentos ativistas, uma vez que os mesmos exercem pressão interna e externa. Mesmo que muitas vezes os resultados das pressões sejam insuficientes perto das inúmeras transgressões dos direitos humanos, é necessário reconhecer diversos exemplos no regime regional de direitos humanos.

Os grupos de ativismo jurídico transnacional no sistema interamericano têm logrado êxito em parte de suas demandas propostas no SIDH. Mesmo que os Estados ignorem grande parte dos ordenamentos das sentenças da Corte

⁴⁰ RAMANZINI, Isabela Gerbelli Garbin. **O prometido é cumprido: compliance no Sistema Interamericano de Direitos Humanos.** p. 29.

ou recomendações da Comissão, algumas mudanças significativas têm ocorrido dentro dos países violadores, como inovações legislativas e de políticas públicas que protegem os grupos protagonistas nas denúncias.

Considerações finais

O presente artigo é um levantamento teórico do conceito, alcance, limitações e principais características do ativismo transnacional em direitos humanos, especificamente do ativismo jurídico transnacional. Objetivou-se, também, trazer os conceitos dos principais acadêmicos da área a respeito deste tema e uni-los em um só trabalho.

O ativismo jurídico transnacional é de tal modo relevante no mundo atual que a violação de direitos humanos em um país não é mais considerada um fato isolado. Esta impacta e repercute em todos os demais. E como fruto desta repercussão está a confluência entre organizações que se unem de modo a denunciar essas violações na arena internacional, por meio de organizações judiciais.

Nesse contexto está o sistema de denúncias do sistema interamericano de direitos humanos, em que qualquer pessoa ou grupos de pessoas podem denunciar violações de direitos humanos ocorridas nos Estados partes à Comissão Interamericana. Apesar de os Estados apresentarem dificuldades em cumprir recomendações de cortes ou órgãos jurídicos internacionais, estudos mostram que o ativismo jurídico transnacional tem um papel importante em promover pressão para a mudança de comportamento desses atores.

Além da abordagem puramente teórica, este trabalho objetivou fazer um paralelo entre os elementos conceituais do ativismo jurídico transnacional e a atuação de ONGs no sistema de denúncias do SIDH. As articuladas estratégias de litigância dessas organizações são poderosos mecanismos que podem resultar em transformações efetivas na proteção dos direitos humanos em âmbito nacional e internacional.

Referências das Fontes Citadas

AMORIM, Celso. O Brasil e os Direitos Humanos: em busca de uma agenda positiva. **Política Externa**. vol. 18, n. 2, p. 67- 75, 2009.

BICUDO, Hélio. Defesa dos direitos humanos: sistemas regionais. **Estudos Avançados**. São Paulo, n. 17 (47), p. 225-236, 2003.

CAMPOS, Bárbara Pincowsca Cardoso. **Os paradoxos da implementação das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos**: reflexões sobre o dever de investigar, processar e punir e os casos brasileiros. 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de pós-graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

CAVALLARO, James L. BREWER, Stephanie Erin. Reevaluating regional human rights litigation in the twenty-first century: the case of the Inter-American Court. **American Journal of International Law**, Washington, v. 102, n. 4, p. 768-827, 2008.

DONNELLY, Jack. International Human Rights: A Regime Analysis. **International Organization**. Cambridge, 40, no. 3, p. 599–642, 1986.

HILLEBRECHT, Courtney. The Domestic Mechanisms of Compliance with International Human Rights Law: Case Studies from the Inter-American Human Rights System. **Human Rights Quarterly**, Baltimore, v. 34, n. 4, p. 959-985, 2012.

KECK, Margaret E; SIKKINK, Kathryn. **Activists beyond Borders**: Advocacy Networks in International Politics. Ithaca and London, Cornell University Press, 1998.

MILANI, Carlos R. S.; LANIADO, Ruthy Nadia. Espaço mundial e ordem política contemporânea: uma agenda de pesquisa para um novo sentido da internacionalização. **Caderno CRH**, Salvador, v.19, n. 48, set./dez., 2006.

RAMANZINI, Isabela Gerbelli Garbin. **O prometido é cumprido**: compliance no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. 2014. 132 f. Tese (Doutorado) – Doutorado em Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RAMOS, Núbia R. Direitos humanos e o ativismo jurídico transnacional: A experiência de organizações não governamentais latino-americanas. In: XXVII Congresso Internacional da Associação Latino-Americano de Sociologia, 2013, Santiago. **Acta Científica Congresso ALAS**. Santiago: ALAS, v. 1, p. 1-10, 2013.

RISSE-KAPPEN, Thomas; ROPP, Stephen C.; SIKKINK, Kathryn. **The Power Of Human Rights**: International Norms and Domestic Change. Cambridge. UK and New York: Cambridge University Press, 1999.

RODIO, Emily B. ; SCHMITZ; Hans Peter. Beyond Norms and Interests: Understanding the Evolution of Transnational Human Rights Activism. **International Journal of Human Rights**, Vol. 14, No. 3, p. 442-459, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. The Heterogeneous State and Legal Plurality in Boaventura de Sousa Santos, João Carlos Trindade e Maria Paula Meneses (Org.), **Law and Justice in a Multicultural Society: The Case of Mozambique**. Dakar. Council for the Development of Social Science Research in Africa, p. 3-29, 2006.

SANTOS, Boaventura, Beyond Neoliberal Governance: The World Social Forum as Subaltern Cosmopolitan Politics and Legality. in Boaventura de Sousa Santos e César A. Rodriguez-Garavito (Org.), **Law and Globalization from Below: Towards a Cosmopolitan Legality**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005

SANTOS, Cecília MacDowell. Ativismo jurídico transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de direitos humanos. **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos**. São Paulo, no 7, ano 4, p. 27 – 57, 2007.